

O Ano é da Mulher, contra a discriminação

Debate promovido ontem pelo Senado e pela UnB constatou a persistência de práticas discriminatórias contra a atuação feminina. Hoje, será instalada comissão que coordenará as comemorações pelo Ano da Mulher.

Página 8

Professoras da UnB e representantes de entidades discutem papel da mulher na sociedade



Márcia Kallume

Governo busca acordo para votar mínimo esta semana

Com preferência na pauta do Senado, medida provisória motiva uma série de reuniões: ontem, dois ministros estiveram com integrantes da base governista e, hoje, assessores de Palocci conversam com peemedebistas. No Plenário, mínimo é analisado por Simon, Paim, Agripino, José Jorge, Garibaldi e Mão Santa

Páginas 3 e 4



Márcia Kallume



Gerardo Magela

ARTICULAÇÕES Ideli, Amir Lando, Jucá, Renan, Aldo Rebelo e Mercadante em reunião sobre o mínimo, que foi tema de vários pronunciamentos em Plenário, como o de Simon

Desafio para o Senado: decidir temas polêmicos em duas semanas

Página 5

Senadores criticam mudanças na reforma tributária

Página 7

Papaléo estranha posição brasileira sobre consumo de açúcar

Página 2



EMOÇÃO Para Hélio Costa, evento foi um "espetáculo extraordinário de civismo"

Costa exalta a passagem da tocha olímpica pelo Rio

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) cumprimentou a população do Rio de Janeiro pela passagem da tocha olímpica na cidade, no domingo. Ele considerou o evento um "espetáculo extraordinário de civismo". Hélio Costa citou os nomes de atletas brasileiros que participaram da atividade, como Eder Jofre, Zico e Romário, e fez um retrospecto das participações do Brasil nas Olimpíadas, destacando que o país, desde 1920, ganhou 54 medalhas, sendo 12 de ouro, 13 de prata e 29 de bronze.

Na semana passada, lembrou o senador, a Comissão de Educação (CE) aprovou o parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR), que preside a CE, ao projeto da Câmara, do deputado e atual ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, que institui a bolsa-atleta.

– Com esse instrumento o Brasil poderá fazer com que os jovens que tenham talento esportivo possam crescer como atletas e levar a todos a emoção que tivemos ontem quando Pelé chorava ao carregar a tocha olímpica – ressaltou o senador.

Agenda

Senadores discutem hoje novo valor do salário mínimo

O Plenário começa a discutir hoje, em sessão marcada para as 14h30, a medida provisória que fixa o novo valor do salário mínimo em R\$ 260 (MP 182/04). Como o texto tem prioridade, os demais itens da pauta só poderão ser analisados depois que a MP for votada.

Sarney recebe vice-presidente do BNDES

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h30, o vice-presidente do BNDES, Darc Antônio Costa; às 11h, o presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Rubens Naves; às 11h30, o presidente da UNE, Gustavo Petta; às 11h45, o presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos, José João Stival. Às

12h, Sarney conversa com o presidente da Nestlé, Ivan Zurita; às 12h30, com o presidente do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Clóvis Constantino; às 12h45, com a representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Maria Paula Ferguson; e, às 15h15, recebe o presidente da Intersystem, John Mcornick.

Subcomissão analisa turismo marítimo no Brasil



A Subcomissão de Turismo discute hoje, às 18h, o turismo marítimo (de cruzeiros) no Brasil. Participam da reunião os presidentes da Associação Brasileira de Viagens (Abav), Tasso Gadzanis; da agência de turismo Costa Cruzeiro, René Hermann; e da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Norton Luiz Lenhart.

CPI da Terra ouve Plínio de Arruda Sampaio

O presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e ex-deputado constituinte Plínio de Arruda Sampaio participa de audiência pública hoje na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, às 10h. A comissão pretende realizar um diagnóstico da estrutura fundiária brasileira e discutir os movimentos sociais atuantes no setor. Após a ordem do dia, a Comissão do Ano da Mulher elege presidente e relator.



Atuação dos agentes de saúde em debate

A Subcomissão de Saúde realiza hoje audiência pública às 17h para debater intoxicações de agentes de saúde que atuaram ou atuam no combate a endemias, em particular o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue. O encontro conta com a presença da bióloga Fátima Ferreira de Souza, do presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Valdi Camárcio Bezerra, entre outros.

Pagamento de dívida a idosos

Amanhã, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota proposta determinando que pagamentos de dívidas aos idosos sejam feitos em espécie, sem a expedição de precatórios (PEC 1/03), e medida tornando mais rígido o combate à exploração sexual de crianças e de adolescentes (PLS 192/03).

Parceria público-privada

O projeto que estabelece normas para a contratação de parceria público-privada continua a ser discutido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne hoje às 10h (PLC 10/04). Às 14h30, a Comissão Mista do Orçamento (CMO) realiza reunião para a votação de requerimentos e avisos do TCU.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



SAÚDE Organização recomenda a redução do consumo de açúcar, explica Papaléo Paes

Papaléo quer discutir oposição brasileira a proposta da OMS

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) informou ontem que encaminhou requerimento para realização de audiência, na Subcomissão Temporária de Saúde, para esclarecer a oposição do governo brasileiro à recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) contra o consumo excessivo de açúcar pelas populações. A restrição, disse ele, foi feita por meio da "Estratégia Global para Dieta, Atividade Física e Saúde", como forma de combate à obesidade, que, segundo ressaltou, cresceu 240% em 20 anos entre o público infantil-juvenil brasileiro.

A estratégia global foi lançada pela OMS e conclama os países-membros a desenvolver ações recomendadas para promover a saúde, por meio de dieta saudável e da prática de atividades físicas, reduzindo os riscos e a incidência de doenças não transmissíveis. Alimentos densamente energéticos e pobres em nutrientes, com elevadas taxas de gordura, açúcar e sal, estão entre os fatores que aumentam os riscos desses tipos de enfermidades.

Interesse comercial

De acordo com Papaléo, a divergência dos brasileiros, manifestada durante a realização da 57ª Assembléia Mundial de Saúde, realizada em maio, se deve ao fato de o país ser um dos maiores exportadores de açúcar. Essa posição, conforme o senador, foi revelada nos comentários à proposta original, apresentados pela missão permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra.

Em apertes, os senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Paulo Paim (PT-RS) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) apoiaram o pedido de audiência apresentado por Papaléo.

SALÁRIO MÍNIMO

A MP que reajusta o mínimo para R\$ 260 é o principal item da pauta. Segundo Paim, ainda é possível acordo para um reajuste maior. José Agripino e José Jorge apresentam as fontes que garantiriam aumento para R\$ 275

Sem acordo, Senado vota os R\$ 260 esta semana

A medida provisória que trata do novo salário mínimo (MP 182/04) é o primeiro item da ordem do dia de hoje e está truncando a pauta. Não há consenso em torno da proposta. O governo quer aumentar o valor do mínimo dos atuais R\$ 240 para R\$ 260, conforme aprovado na Câmara, e os oposicionistas pretendem elevá-lo para R\$ 275. O relator revisor da MP é o senador César Borges (PFL-BA). A sessão plenária está marcada para as 14h30.

O Plenário terá de, preliminarmente, avaliar os pressupostos constitucionais de urgência e relevância, para depois examinar o mérito da me-

da. Há senadores, como Cristovam Buarque (PT-DF), que propõem a implantação de medidas sociais que melhorem as condições de vida do trabalhador para que seja votado o salário mínimo de R\$ 260. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) chegou a prever que a vitória do governo para aprovar os R\$ 260 poderá ser apertada, com dois ou três votos além dos necessários. Ele fez a avaliação após reunião dos líderes partidários e de parlamentares da base do governo com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na semana passada. Na ocasião, Palocci reuniu-se por três horas com senadores para di-

zer que o governo não pode dar aumento maior para o salário mínimo.

Vereadores

Se a MP do salário mínimo for votada, os senadores poderão analisar o projeto de lei (PLS 7/03) que trata do registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais (ONGs). A proposta, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, tramita em conjunto com projeto (PLS 246/02) do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) sobre o mesmo tema. As duas proposições serão votadas em regime de urgência.

Também estão na pauta duas

propostas de emenda à Constituição (PEC), ambas em segunda sessão de discussão, em segundo turno: a que trata do número de vereadores (PEC 55-A/01) e a que aumenta, de 25% para 29%, o percentual para compartilhamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), incidente sobre combustíveis, com os estados e o Distrito Federal (PEC 17/04).

O Plenário decidirá ainda, se a pauta for liberada, sobre requerimento apresentado pela senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) para que seja votado com urgência o projeto de lei da Câmara (PLC 107/03) que

trata da utilização e da proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica.

Para a sessão de amanhã, está agendado o projeto de lei da Câmara (PLC 71/03) que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, a chamada nova Lei de Falências, que tramita em regime de urgência.

A agenda de quinta-feira está em aberto. Na sexta-feira, a sessão é não deliberativa, destinada a discursos dos senadores e a comunicações da Mesa sobre a tramitação de matérias.

PAULO PAIM**Entendimento para um reajuste maior ainda é possível**

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que continua acreditando num entendimento para que o Congresso Nacional estabeleça valor acima de R\$ 260 para o salário mínimo. "Se eu achasse que não é possível, não estaria aqui na tribuna insistindo num acordo. Não estou preocupado com valores, mas com a construção de um grande entendimento". Em sua opinião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vetará o que for resultado de entendimento.

Conforme Paim, são "absurdas" as notícias de que estariam sendo liberadas emendas orçamentárias de parlamentares para que votem com o governo e de que senadores estariam ganhando viagens ao exterior para não estarem pre-



Roosevelt Pinheiro

sentes à votação da medida provisória.

– Eu não recomendaria uma viagem agora. Pega mal estar em Paris apreciando um bom vinho e um bom queijo, em vez de estar aqui votando o salário mínimo.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) afirmou, em aparte, que fica "desequilibrado" toda vez que ouve a argumentação de Paim em favor de um reajuste maior para o salário mínimo. "Mesmo sendo vice-líder do governo, fico entre a cruz e a caldeirinha", disse, lembrando que o ex-presidente Juscelino Kubitschek estabeleceu um salário mínimo equivalente a US\$ 500. "Se foi possível no passado, é possível no presente", assinalou.

Assessores de Palocci se reúnem com a base governista

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy, e o secretário de Política Econômica, Marcos Lisboa, estarão às 15h30 de hoje no gabinete da liderança do PMDB para debater com senadores da base governista o valor do mínimo.

Além do líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), devem participar Pedro Simon (PMDB-RS), Romero Jucá (PMDB-RR), relator do Orçamento para 2005, e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005. São esperados também parlamentares petistas.

A partir das 8h30, a banca do PT se reúne com o presidente do partido, José Genoíno. O salário mínimo será o tema da reunião.



Moreira Mariz

Crescimento da arrecadação pode garantir os R\$ 275

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), apresentou números para mostrar de onde o governo pode tirar dinheiro que garantiria um salário mínimo de R\$ 275, valor defendido por seu partido e proposto no relatório do deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ).

– Só com o aumento de R\$ 2,8 bi na carga tributária e com o retrocesso que foi a mudança da data do reajuste do mínimo de 1º de abril para 1º de maio, uma tanga, o governo já tem os

JOSÉ AGRIPINO

recursos para conceder um aumento de R\$ 15 em sua proposta – disse o senador.

Agripino afirmou que os cálculos baseiam-se em uma regra de três simples: o total de gastos que o governo terá para aumentar o mínimo de R\$ 240 para R\$ 260, como pretende, e quanto gastará se aumentá-lo para R\$ 275.

– Nem estou levando em consideração dois fatores evidentes: o aumento da receita tributária, que resultaria de um mínimo maior e de compras maiores, e a economia que o governo está fazendo ao impedir a aprovação da PEC paralela, que garantiria regra de transição justa para aposentados e isenção de contribuição para quem tem mais de 70 anos.

O senador lembrou que, quando era governador, a inflação mensal chegava a 40% e ele era obrigado a dar ao funcionalismo aumentos a cada quatro meses. "No mês seguinte a cada aumento, a arrecadação crescia tanto que compensava o gasto a mais com salários."

JOSÉ JORGE**Há recursos para aumento superior ao proposto pelo governo**

O senador José Jorge (PFL-PE) defendeu um salário mínimo de R\$ 275. Conforme disse, o Orçamento da União pode suportar o aumento.

José Jorge explicou que reajustar o mínimo para R\$ 275 implicaria um aumento líquido

de R\$ 3,4 bilhões nas despesas previdenciárias e assistenciais. Acrescentando-se a isso o passivo previdenciário, considerado em seu fluxo, para os meses restantes de 2004, que é de R\$ 1,3 bilhão, o reajuste consumiria R\$ 4,7 bilhões. A Lei Or-

çamentária Anual de 2004 já reservou R\$ 1,8 bilhão para o aumento do mínimo. Além desses recursos, podem ser contabilizados, apontou, R\$ 1,7 bilhão de excesso de arrecadação em relação à Lei Orçamentária; cerca de R\$ 500 milhões

de remanejamento de dotações orçamentárias; e R\$ 0,7 bilhão, correspondente à redução da necessidade de superávit fiscal pela queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003. Todas essas parcelas, contabilizou, somariam R\$ 4,7 bilhões.



Moreira Mariz

SALÁRIO MÍNIMO

Aloizio Mercadante admite que restrições orçamentárias impedem aumento maior. Pedro Simon e Mão Santa criticam interferência do Executivo, enquanto Garibaldi Alves defende política permanente para reajuste

Mercadante espera uma vitória do governo

Embora admita não haver um "quadro conclusivo" sobre a aprovação da medida provisória que estabelece o reajuste do salário mínimo de R\$ 240 para R\$ 260, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse "trabalhar com a perspectiva" de vencer na votação da matéria no Plenário do Senado. A declaração foi dada ontem, logo após reunião com os ministros da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e da Previdência, Amir Lando.

A medida provisória consta da pauta de hoje, mas os líderes governistas trabalham com a hipótese de que ela venha a ser votada até o fim da semana



OTIMISMO O ministro Aldo Rebelo (E) e o senador Aloizio Mercadante dão entrevista após reunião com líderes partidários

(veja matéria na página 3).

Mercadante voltou a afirmar a intenção do presidente Lula de recompor o valor de compra

do salário mínimo, mas observou que "restrições severas" no Orçamento de 2004 impediram a fixação de reajuste mais alto.

PEDRO SIMON

Executivo erra ao alardear que senadores estarão ausentes

"Cada senador pode votar a favor, contra, se abster ou o que bem entender – pois o voto é livre –, mas tem que estar presente", afirmou o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao comentar notícias de que a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), teria revelado que a estratégia do governo para aprovar a medida provisória que eleva o salário mínimo para R\$ 260 é incentivar a ausência de parlamentares que não votariam a favor da matéria.

Na avaliação de Pedro Simon, é um erro do governo alardear, inclusive citando nomes, que senadores não estarão presentes na hora da votação da medida provisória do salário mínimo. Ele lembrou que as últimas votações ocorridas no Congresso têm sido acompa-



Fotos: Moreira Mariz

nhadas por uma série de insinuações que demonstram que o governo Lula está intervindo no Parlamento de uma maneira semelhante à do governo Fernando Henrique Cardoso.

– Espero que na votação do salário mínimo cada senador tenha condições de sustentar a sua palavra e que possa voltar para casa de cabeça erguida. Talvez uma derrota aqui seja melhor para o presidente Lula do que uma vitória obtida da mesma maneira da que foi conquistada na Câmara – assinalou o parlamentar.

Mesmo considerando que poderia haver certo exagero, Simon concordou com as críticas feitas pelo senador José Agripino (PFL-RN) de que Lula não deveria ter determinado a

compra de um avião de luxo, de motocicletas da marca Harley-Davidson e modernos capacetes com preços unitários de quase R\$ 12 mil. O senador gaúcho registrou que mesmo Fernando Henrique Cardoso, que era considerado vaidoso, não teve coragem de comprar um novo avião presidencial.

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) comentou que, como petista, teria obrigação de tentar defender o partido das afirmações feitas por Simon. Mas, em vez disso, ele prometeu levar aos militantes do PT cópia do pronunciamento de Simon.

– Não existe melhor aliado do que o aliado crítico, o que demonstra lealdade através da crítica. Vou levar o teor desse discurso para provocar dentro do PT um debate, até para analisarmos em que estaríamos equivocados. Precisamos fazer um acerto de contas com o nosso discurso do passado e descobrir qual a herança que queremos deixar para o Brasil – disse Cristovam.

MÃO SANTA

"Senado está prestes a escrever uma das mais belas páginas da sua história"

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu ontem o bom senso como forma de fixar o valor do salário mínimo. "Estamos conscientes de que o Senado está prestes a escrever uma das mais belas páginas da história", afirmou. Ele manifes-

tou indignação com a forma como o governo está pressionando senadores para que aprovem o salário de R\$ 260.

– Lula está querendo desmoralizar esta Casa. Queria ensinar ao PT que ele não pode impor ao Senado o salário míni-

mo mais indigno da história brasileira – assinalou. A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) disse esperar que o Senado tenha "altivez" e "vergonha" e dê demonstração de independência na decisão do salário mínimo. Segundo

sempre encontrou um caminho para aprovar matérias de interesse do país. De qualquer forma, admitiu que continua a ser trilhado o caminho da "persuasão e negociação" sobre o assunto com governistas e opositoristas.

Foram ainda tratadas na reunião, que contou com a participação da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), do líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), e do senador Romero Jucá (PMDB-RR), proposições relativas à parceria público-privada (PPP), Lei de Falências e Lei de Biossegurança. Outra reunião de líderes foi marcada para hoje.



GARIBALDI ALVES

trizes Orçamentárias (LDO) para 2005, o senador admitiu que é pequena a importância que o Congresso dá à discussão do orçamento. Em sua opinião, isso impede que o Congresso seja mais fiscalista e exerça com mais autoridade as suas prerrogativas. No caso do salário mínimo, enfatizou Garibaldi, é na discussão das diretrizes orçamentárias que os parlamentares deveriam elaborar uma política gradual de recuperação do salário mínimo.

O senador elogiou a posição de Pedro Simon (PMDB-RS) e de Paulo Paim (PT-RS) sobre o tema. Ressaltou que os argumentos apresentados por Simon são tão convincentes que ele reconheceu ficar em dúvida sobre a proposta do governo. Mas lembrou que faz parte da base do governo e não considera tão simples abandoná-lo na hora da votação.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que é um dever patriótico encontrar caminhos para melhorar a situação do trabalhador.

Parlamentares estudam política permanente de reajuste

Os parlamentares estão estudando uma fórmula para que o salário mínimo tenha uma política permanente de reajuste, informou ontem o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), observando que o foro ideal para essa discussão seja a Comissão Mista de Orçamento. Segundo ele, o salário mínimo deve ser analisado profundamente e não, como acontece agora, apenas anualmente, quando da fixação de seu valor.

Como relator da Lei de Dire-



ela, o governo determinou que cada senador seja pressionado por dois ministros para se ausentar na votação.

Mão Santa ainda elogiou a Comissão Especial da Câmara dos Deputados que aprovou a recriação da Sudene.

Temas polêmicos ocupam a pauta do Senado

Propostas como a PEC dos Vereadores e a nova Lei de Falências podem ser votadas antes do recesso

Restam na agenda do Senado pouco mais de duas semanas de trabalho antes do recesso, com dez sessões deliberativas ordinárias até o fim do mês. É possível que haja esforço concentrado para limpar a pauta, que inclui, além da medida provisória (MP) que reajusta o salário mínimo, temas polêmicos como as parcerias público-privadas (PPPs), a nova Lei de Falências, a legislação sobre biossegurança, a reforma do Judiciário, a emenda constitucional que reduz o número de vereadores e, por obrigação constitucional, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005.

Na semana passada, foi considerada a possibilidade de adiar de julho para agosto o recesso parlamentar, liberando em seguida deputados e senadores para participarem das cam-



DATA José Sarney, presidente do Senado, e João Paulo, presidente da Câmara, discutem a possibilidade de adiar o recesso para agosto

nhas das eleições municipais. Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, fizeram a sugestão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teria concordado. Enquanto não se chega a um acordo, os senadores esforçam-se

para, além do trabalho nas comissões, limpar a pauta do Plenário.

Dos temas polêmicos, quatro se encontram no Plenário: a MP do salário mínimo, a Lei de Falências e as PECs da reforma do Judiciário e dos vereadores.

O projeto que institui as PPPs está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE); a Lei de Biossegurança precisa passar por comissões; e a LDO ainda depende da apreciação do relatório pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) antes de ir ao Plenário.

Nesta semana pode ser votada pelo Plenário a medida provisória (MP 182/04) do salário mínimo. Só após sua votação serão examinadas a Lei de Falências, a PEC dos Vereadores e a emenda que redistribui a arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), ambas em segundo turno de votação.

Sobre as parcerias público-privadas, a CAE marcou para hoje, às 10h, reunião com o objetivo de votar o projeto. Na semana passada, requerimento do líder em exercício do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), adiou a discussão da matéria. A proposta será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ser remetida ao Plenário.

Relatada pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), a Lei

de Diretrizes Orçamentárias para 2005 pode ser aprovada pela Comissão Mista de Orçamento até a próxima semana. Garibaldi tem até esta quinta-feira para apresentar suas conclusões. De 22 a 24 de junho, a CMO pode discutir e votar o projeto, tendo até o dia 25 para encaminhar seu parecer à Mesa do Congresso Nacional. O recesso só se inicia depois de aprovada a LDO.

A reforma do Judiciário (PEC 29/00) já foi aprovada na CCJ e aguarda inclusão na ordem do dia. Dezenas de emendas foram sugeridas na comissão e sua votação demandou quatro reuniões. Muitas das propostas de alteração deverão ser reapresentadas, mas existe acordo para se aprovar o que for consensual, para acelerar a promulgação. Temas polêmicos retornariam à Câmara, na forma de nova proposta.

Já a Lei de Falências (PLC 71/03) ocupou boa parte das reuniões da CAE em abril e maio, e foi remetida ao Plenário em regime de urgência. Foram dez anos de discussão na Câmara e menos de um ano no Senado.

Biossegurança pode ser votada ainda este mês

A Lei da Biossegurança regulamenta a produção, manipulação e pesquisa de organismos geneticamente modificados (OGMs), cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) e reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

Aprovado ano passado pela Câmara, o projeto (PLC 09/04) chegou ao Senado em fevereiro e, por falta de acordo entre os líderes, ficou dois meses sem definição sobre sua tramitação. A princípio, cogitou-se de dispensar a passagem da proposta pelas comissões técnicas, indo diretamente ao Plenário. A medida não se concretizou.

O presidente Lula pediu agilidade na votação e orientou as lideranças a se mobilizarem para tentar aprovar a proposta ainda no primeiro semestre. A única maneira de cumprir esse prazo seria levá-la diretamente ao Plenário, em regime de urgência urgentíssima, e votá-la da maneira como está.

Em maio, a Comissão de Educação (CE) realizou duas

audiências para discutir o projeto. Restaram, ao final dos debates, mais dúvidas do que certezas. "Este projeto não está nada claro", afirmou o senador Marco Maciel (PFL-PE).

O senador Osmar Dias (PDT-PR), presidente da CE, apresentou requerimento, aprovado em Plenário, para que o projeto tramite pela comissão.

Células-tronco

O uso de células-tronco para fins terapêuticos, que também é tratado pelo projeto da Biossegurança, foi tema de debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no início de junho. Na ocasião, cientistas defenderam a pesquisa com células-tronco obtidas a partir de embriões congelados. Eles ganharam apoio dos senadores Hélio Costa (PMDB-MG), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Augusto Botelho (PDT-RR), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e José Agripino (PFL-RN). Já o senador Tião Viana (PT-AC) sugeriu que seja criado um Comitê Nacional de Ética e Pesquisa para as Ciências da Vida.

As principais propostas em tramitação no Senado

Os projetos que estão sendo analisados pelo Senado são polêmicos e têm importância para o país. Essas matérias exigem dos senadores muitas discussões e tentativas de acordo para que sejam votadas em tempo hábil. As principais matérias e seus pontos mais polêmicos são os seguintes:

Lei de Falências

Os debates na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aparam a maior parte das arestas em torno do projeto, mas um tema que permanece alvo de polêmica é a prevalência ou não dos débitos trabalhistas sobre os demais credores em caso de dissolução das empresas. A legislação introduz mecanismos que permitirão às empresas recuperáveis a superação das dificuldades econômicas, combatendo, na avaliação do relator na CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o aumento do desemprego.

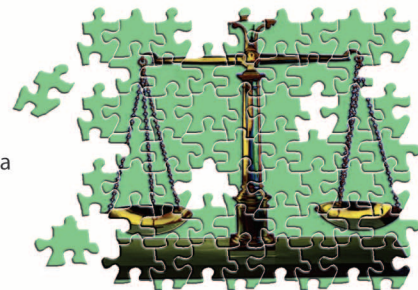


PPP

Um maior equilíbrio nas relações entre os parceiros público e privado tem sido reivindicado por diversos senadores na discussão do projeto, na CAE. Na visão dos que querem mudanças na proposta já aprovada pela Câmara, estão sendo oferecidas garantias em excesso aos sócios privados, o que pode contrariar o interesse público. As PPPs permitirão que novos investimentos em serviços e obras de infra-estrutura sejam viabilizados, mediante a participação de empresas privadas em projetos de desenvolvimento.

Reforma do Judiciário

Súmula vinculante, controle externo, quarentena para juízes e federalização dos crimes contra os direitos humanos são algumas das modificações na Justiça brasileira previstas na proposta. Parte significativa da reforma poderá ser promulgada tão logo se conclua a votação no Senado. A tendência é que as alterações feitas ao texto da matéria sejam incorporadas a uma PEC que será enviada à Câmara.



Biossegurança

A discussão do projeto vem causando divisões dentro do próprio governo federal. A matéria contraria interesses da comunidade científica, dos produtores rurais e dos ambientalistas. Muitos condenam a inclusão da questão das pesquisas com células-tronco em uma proposta que, originalmente, deveria regulamentar o plantio e cultivo e organismos geneticamente modificados no país, os chamados transgênicos.



É hora de superar clima de pessimismo, afirma Ideli

Senadora diz que recuperação da economia pode resultar em 1,2 milhão de empregos em 2004

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), afirmou ontem que está na hora de se superar o clima de pessimismo existente no país, uma vez que as notícias na área econômica são muito boas. Ela citou estudo preparatório feito pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) em que o Brasil aparece como o segundo endereço preferencial de investimentos estrangeiros, superado apenas pela China.



CONFIANÇA Ideli Salvatti cita estudo preparado pela Unctad que mostra evolução do Brasil

Segundo Ideli, esses indicadores mostram que há um ciclo sustentado de crescimento. Há indícios fortes de que a indústria vai puxar o crescimento econômico a partir de 2005,

em função da nova orientação dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o setor: foram R\$ 37 bilhões em 2003, serão R\$ 47 bilhões em 2004 e R\$ 60 bilhões em 2005, informou.

Ideli comemorou ainda declarações do economista Márcio Pochman, secretário de Trabalho da Prefeitura de São Paulo, demonstrando que a correlação entre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a recuperação dos índices de emprego nos três primeiros meses do ano foi a mais forte desde 1989. Segundo ele, se esses números forem mantidos, serão oferecidas 1,2 milhão de vagas com carteira assinada no decorrer de 2004, observou a senadora.

Jonas Pinheiro apela por certificação agrícola

Ao alertar para o risco de paralisação do processo brasileiro de fiscalização e certificação de mudas e sementes, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apelou ontem à Casa Civil da Presidência da República para que apresse a regulamentação da Lei 10.711, aprovada em agosto do ano passado para disciplinar esse assunto.

O parlamentar observou que, decorridos 300 dias da aprovação da norma, que deveria ser regulamentada em 90 dias, o país ainda está sem amparo legal nesse assunto, pois a lei que o disciplinava anteriormente foi revogada. Ele alertou para a paralisação de todo o processo de fiscalização e certificação de

sementes e mudas, apontando ainda os prejuízos para esse setor de produção.

– Isso é muito ruim para o país. Um país que quer encontrar mercado e cuidar da sanidade de sua agricultura não tem uma lei que regulamente este setor e, ao mesmo tempo, está iniciando uma nova safra.

No mesmo discurso, Jonas Pinheiro destacou a importância das atribuições legais do perito federal agrário para pedir, via projeto de lei do Executivo, a correção dos valores do vencimento básico dessa carreira para níveis coerentes com a política de remuneração das demais carreiras estruturadas do serviço público. Jonas Pi-



VÁCUO Jonas Pinheiro observa que existe um vazio na legislação que fiscaliza o setor

neiro disse que a relevância social do programa de reforma agrária é indiscutível e mencionada como um dos principais compromissos do governo federal. Ele pediu que se considere o mérito das atribuições legais dos peritos federais agrários nesse processo, assim como seu papel de executor de uma atribuição constitucional da União.

te à doença que ataca as folhas da planta, a cercosporiose – afirmou Marcos Guerra.

As pesquisas de melhoramento genético do café Conilon, registrou o senador, começaram a ser realizadas pelo Incaper em 1985. Segundo Marcos Guerra, o Espírito Santo é uma das mais importantes regiões produtoras de café Conilon do mundo. Ele acrescentou que o estado contribuiu, nas últimas safras, com algo entre 65% e 70% da produção total de café do país. Na safra 2002/2003, a produção de Conilon ficou próxima de 8 milhões de sacas.



CERTEZA Marcos Guerra considera que o Conilon vai impulsionar as exportações

de um supercafé.

– Além da alta produtividade (70 sacas por hectare), é resistente à principal doença do café, a ferrugem, que é a pior ameaça às plantações do Espírito Santo; também resis-



SOBREVIVÊNCIA Quintanilha refere-se aos acampados como desempregados das cidades

Modelo de reforma agrária é equivocado, diz Quintanilha

Ao se referir à multiplicação de acampamentos de trabalhadores sem terra à margem das estradas brasileiras, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) observou ontem que o Brasil continua insistindo na tentativa de executar um modelo de reforma agrária equivocado que, no seu entender, não atende os que têm aptidão para produzir.

– O que estamos vendo são desempregados, pessoas que, principalmente nas cidades, não estão encontrando um meio justo e digno de ganhar seu próprio sustento e que bus-

cam essa pequena alternativa oferecida pelo governo e pelo Incra para encontrar um pedaço de terra para sobreviver. É um assunto da maior gravidade e que cresce em proporção geométrica no país.

O senador disse que acaba de testemunhar o aumento considerável do número de acampamentos que surgem nas diversas rodovias. Ele informou ter observado famílias inteiras formando novos acampamentos, muitas delas submetendo seus membros a uma condição de “vida abjeta, totalmente inaceitável, que agride a dignidade humana, já que as pessoas se abrigam às margens dos córregos e das rodovias em condições quase degradantes”.

Quintanilha chamou a atenção do governo para a interpretação equivocada da legislação trabalhista, que, na sua análise, considera trabalho escravo atividade que, muitas vezes, é própria do meio rural.

– Essa interpretação impõe ao produtor, àquele que pagou pela propriedade, que paga imposto e que emprega, humilhações que chegam a assustar. Muitos proprietários estão desempregando trabalhadores que não têm alternativa de trabalho e que, se não puderem trabalhar no pasto, irão para as periferias das cidades.

João Ribeiro lamenta morte de fazendeiro em Xambioá

O senador João Ribeiro (PFL-TO) lamentou ontem, em Plenário, o suicídio do seu amigo e fazendeiro João Rosa, de Xambioá (TO), que entrou em depressão depois que fiscais do trabalho o autuaram por ter contratado, em serviço de empreita, 17 peões sem carteira assinada, para que fizessem a roçagem de suas terras. Para ele, a Pastoral da Terra fez uma “denúncia falsa de trabalho escravo” na fazenda de João Rosa.

Ribeiro sustentou que seu amigo nada mais fez do que contratar os trabalhadores “à moda antiga, por empreita, como se faz nas fazendas”, sem carteira assinada. No entanto, os fiscais, acompanhados de agentes da Polícia Federal, “o trataram como bandido” e o assunto se transformou em manchetes da imprensa da região. “Ele pagou tudo e dizia que foi humilhado demais e sua vida não tinha mais senti-



DESABAFO João Ribeiro pede que governo explique melhor o que é trabalho escravo

do”, disse o senador.

João Ribeiro afirmou que fiscais estiveram em sua fazenda, no Tocantins, e lavraram multas sob argumentos idênticos – os peões trabalhavam por empreita. “Até hoje não falei desse assunto no Plenário, esperando que a Justiça decida o caso. No entanto, a morte do meu amigo João Rosa foi demais e faço aqui esse desabafo”, acrescentou. Para ele, o Ministério do Trabalho não fez os esclarecimentos necessários aos fazendeiros sobre o que pode e o que não pode ser feito ao contratar serviços temporários para suas fazendas, e os fiscais estão “agindo de forma agressiva”.

Alvaro aponta lentidão no repasse de verba do orçamento

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a execução do orçamento mostra que o governo é “um paquiderme acometido de paralisia”. Do total de R\$ 12,5 bilhões em investimentos previstos para 2004, nos primeiros cinco meses do ano foram executados apenas 2,9%. Conforme dados da Comissão Mista de Orçamento (CMO), citados pelo senador, apenas R\$ 362 milhões foram liberados até o fim de maio.

– O governo federal deveria ser o artífice do desenvolvimento, mas está empacado, não deslança. Ele não sabe usar os instrumentos de crescimento econômico de que dispõe, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica e Banco do Brasil, tampouco sabe liberar as verbas orçamentárias. Com esse nível ínfimo de gastos não dá para se esperar nada.

Segundo Alvaro Dias, a agricultura brasileira vai bem e apresenta números positivos de crescimento, “por obra e graça” dos agricultores que agregaram tecnologia e conseguiram obter competitividade internacional, aproveitando vantagens comparativas de clima e solo.

Ele protestou contra os critérios de liberação das emendas de parlamentares, afirmando que o governo está usando essas verbas como “moeda de troca” para obter apoio de deputados e senadores nas votações de seu interesse.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o salário mínimo deverá ser votado amanhã e negou a possibilidade de falta de quórum.



ESCASSEZ Alvaro afirma que foram liberados apenas 2,9% das verbas para investimentos

Senadores reagem a mudança feita na reforma tributária pelo relator

■ Capiberibe, Tourinho e Mercadante criticam retirada de prazo sobre ICMS. Garibaldi teme “eternização” da PEC

As mudanças sugeridas pelo relator da proposta de reforma tributária na Câmara, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), ao texto aprovado por acordo no Senado provocaram reações na Casa. Conforme o substitutivo que está para ser votado no Plenário da Câmara, a reforma ficaria restrita a reformulações no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e à instituição do Fundo de Desenvolvimento Regional. Os demais pontos da proposta do Senado ficariam para ser analisados em uma outra etapa.

As principais críticas de senadores dizem respeito à retirada do prazo para a unificação das alíquotas do ICMS e à redução da abrangência da PEC original. Diferentemente do que estabelece a proposta do Senado, o substitutivo não dá prazo para que seja regulamentada a unificação das alíquotas do tributo, que estava prevista ainda para este ano.

Fiscalização

A expectativa do senador João Capiberibe (PSB-AP) era que “a Câmara não alterasse o prazo fixado pelo Senado para a unificação das 27 alíquotas que envolvem o ICMS”.

Na opinião do senador, a medida resultaria em fortalecimento da fiscalização tributária, “diminuindo a sonegação e a apropriação indébita de impostos”. João Capiberibe afirmou que muitos governadores resistem às mudanças previstas no recolhimento do ICMS. “Fui



EFICÁCIA Para João Capiberibe, medida ajudaria no combate à sonegação de tributos

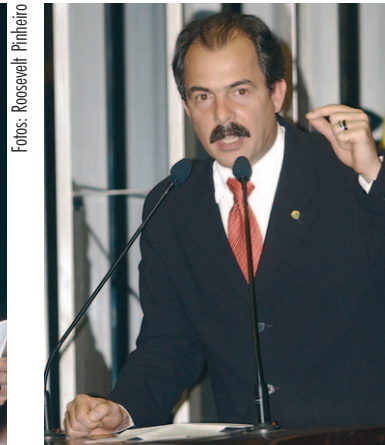
governador e não concordo com essa posição, porque consigo aumentar em 500% a arrecadação por meio de medidas moralizadoras”, disse ele.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), também criticou a retirada do prazo para a unificação do imposto.

– A medida é fundamental para dar mais racionalidade ao sistema brasileiro, pois, ao reduzir o total de alíquotas para apenas cinco, seria eliminado o excessivo número de legislações relativas ao tributo – afirmou Mercadante. Para o parlamentar, essa providência “facilitaria a vida das empresas e estimularia os investimentos, desburocratizando o sistema tributário no país”.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) manifestou sua preocupação com a falta de prazo para a unificação do ICMS, que ele considera “um dos maiores ganhos da reforma tributária”.

– Com a medida poderíamos consolidar logo as legislações – ressaltou o parlamentar, depois de lembrar que a discussão em torno dessa mudança se prolongou durante anos, e agora,



ESTÍMULO Unificação facilitaria a vida das empresas, diz Aloizio Mercadante

ressaltou, está-se “jogando fora esse trabalho em virtude do não-cumprimento de acordo firmado”. Rodolpho Tourinho advertiu que, com a retirada do prazo, está em risco a adoção do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) em 2007.

Para Tourinho, o substitutivo da reforma tributária, se aprovado na Câmara, poderá se transformar “numa nova PEC paralela”. O senador ressaltou que o deputado Virgílio Guimarães retirou da proposta pontos fundamentais.

– Ele não considerou o aumento de 1% para o Fundo de Participação dos Municípios. E isso representa uma perda de cerca de R\$ 1,1 bilhão por ano – explicou.

Solução

Para evitar perdas de receitas diante da indefinição de prazo, o relator da PEC na Câmara introduziu uma série de garantias. Uma delas prevê que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) possa autorizar um estado a adotar a alíquota mínima do novo ICMS quando ocorrer perda de 2% das receitas.

Outro ponto também voltado para a compensação no caso de



ACORDO Tourinho lembra que o texto do Senado resultou de entendimentos de lideranças

perdas libera os estados para que possam aumentar o ICMS se houver prejuízos na arrecadação. Essa garantia se soma a um dispositivo do texto que já dava aos estados liberdade de manterem por três anos uma alíquota do imposto cinco pontos percentuais maior que a alíquota máxima que será prevista em lei.

Impasse

Esses mecanismos, de acordo com o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), também ex-governador, não substituem os resultados que poderiam ser obtidos, já em 2005, com a unificação do ICMS e, além disso, irão gerar “um grave impasse diante do texto aprovado no Senado, que passou por uma discussão prolongada”.

– A proposta que aprovamos foi discutida em profundidade, por isso há uma insatisfação muito grande entre os senadores – afirmou Garibaldi Alves, depois de advertir que a falta de consenso em torno de questões que envolvem o ICMS poderá “eternizar” a discussão da reforma tributária com a quebra de compromissos firmados entre o governo e a oposição no Senado.

▼ Proposta do governo foi dividida em etapas

A reforma tributária foi enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional em 2003 e sofreu importantes alterações já na Câmara. Como a sua aprovação para vigência já em 2004 seria difícil, ficou decidida a discussão em etapas.

Na primeira fase foram votados apenas pontos emergenciais, como as prorrogações da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Des-

vinculação das Receitas da União (DRU) por quatro anos. As medidas entraram na pauta em 2003 para começar a vigência já em 2004.

Outros pontos ficaram para 2004: a repartição de 25% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) – o chamado “imposto sobre combustíveis” – entre os estados e municípios (medida aprovada pelo Senado na semana passada); a formação de um fundo para

compensar os estados pelas perdas com a desoneração de exportações; aumento do Fundo de Participação dos Municípios de 22,5% para 23,5% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); fim da cumulatividade da Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social (Cofins) e a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR).

Outro ponto acordado envolve a

unificação da legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que valeria para 2005, mas agora, com a proposta da Câmara dos Deputados, corre risco de ser adiada. A partir de 2007, os impostos sobre a produção – ICMS, IPI e Imposto sobre Serviços (ISS) – seriam unificados e formariam o Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA).

Márcio Kalume



POSIÇÕES Comissão ouve professores da Universidade de Brasília e do Instituto Legislativo Brasileiro

Debate atesta que país ainda discrimina a mulher

■ Senador Papaléo Paes afirma que desigualdade é sentida principalmente no mercado de trabalho

Ao promover debate sobre o papel da mulher como sujeito e agente de transformação social, a Comissão Temporária do Ano da Mulher/2004 constatou a persistência de práticas discriminatórias contra a atuação feminina no país. Embora assinalando avanços na participação da mulher em diversos setores da vida social brasileira, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) afirmou que a desigualdade ainda persiste.

– Infelizmente, é forçoso admitir que a mulher ainda é discriminada, principalmente no mercado de trabalho, onde seus rendimentos se mantêm inferiores aos dos homens – considerou. Segundo o senador, que é integrante da comissão temporária, a mulher também continua a ser a principal vítima de violência na esfera doméstica, "praticada não por homens, mas por seres desajustados, transfigurados em agressores covardes".

As professoras Dione Moura, do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), e Dirce Guillen, do Departamento de Enfermagem da UnB, observaram que a mídia reforça a discriminação contra a mulher ao explorar uma imagem estigmatizada do universo feminino. De qualquer forma, Dione Moura disse acreditar que a sociedade começa a questionar o papel

atribuído à mulher pela mídia, atitude que poderia levar à revisão da representação da realidade feminina veiculada pelos meios de comunicação.

Para Dirce Guillen, a mulher continua a ser desconsiderada como ser social e colocada em posição subalterna. Ela queixou-se ainda da lenta implementação de políticas de saúde para o público feminino. A professora Lourdes Bandeira, do Departamento de Sociologia daquela universidade, lamentou a exclusão das mulheres da elaboração das leis a que elas têm de se submeter.

À frente da coordenação do debate – realizado em conjunto pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pela Universidade de Brasília –, a professora Silvéria Maria dos Santos, do Departamento de Enfermagem da UnB, afirmou que "o caminho para qualificar a vida humana passa pelo resgate do papel da mulher na sociedade".

Já o diretor-executivo do ILB, Florian Madruga, lamentou que a participação do segmento no cenário eleitoral ainda esteja longe de cobrir os 30% de candidaturas que devem ser reservadas às mulheres nos pleitos do país.

Comissão especial será instalada hoje

A comissão especial destinada a planejar e coordenar a execução da programação das comemorações pelo Ano da Mulher será oficialmente instalada hoje, após a ordem do dia, na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho, no Anexo II do Senado Federal.

A autora do projeto, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidirá a Comissão Especial da Mulher, enquanto a vice-presidência será destinada ao senador Aelton Freitas (PL-MG). A relatora será a senadora Roseana Sarney (PFL-MA).



J. Freitas

MEDIDAS Lúcia Vânia quer ações para diminuir violência contra a juventude

Lúcia Vânia elogia grupo que discutirá políticas para os jovens

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) elogiou iniciativa do governo de criar grupo de trabalho, integrado por representantes de 14 ministérios, para discutir e criar políticas públicas voltadas para a juventude. A senadora afirmou que acredita no êxito do trabalho e

espera que "não seja mais um dos grupos a ficar em intermináveis discussões a portas fechadas".

Lúcia Vânia quer que o governo esteja aberto às sugestões da sociedade. "Já passa da hora de encontrarmos uma forma de interferir em uma realidade

Projeto cria no Senado a Ouvidoria Parlamentar

A exemplo do que ocorre na maioria dos órgãos públicos, o Senado Federal poderá ter a sua Ouvidoria Parlamentar. A idéia partiu da própria Mesa diretora da Casa, que já apresentou projeto de resolução nesse sentido, a ser examinado possivelmente ainda neste semestre pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator é o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Pelo projeto de resolução (PRS 15/04), caberá à Ouvidoria Parlamentar examinar e tomar providências sobre reclamações ou representações de cidadãos a respeito de supostas ilegalidades ou abusos de poder imputadas a qualquer senador, servidor do Senado ou outro agente público.

Também será de competência do novo órgão, caso venha a ser criado, analisar violação ou qualquer forma de discrimi-

nação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais, bem como improbidades no processo legislativo ou nos serviços administrativos do Senado.

Caso seja aprovada a consistência das alegações, tomando por base as reclamações, a ouvidoria terá o poder de propor medidas destinadas a sanar violações, ilegalidades e abusos, incluindo, quando cabível, a abertura de sindicância ou inquérito destinado a apurar as irregularidades.

Conforme a justificativa do projeto, assinada pelos senadores José Sarney (PMDB-AP), Romeu Tuma (PFL-SP), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Edison Lobão (PFL-MA), a ouvidoria funcionaria com uma estrutura simples: um ouvidor-geral e outro substituto, ambos nomeados pelo presidente da Casa e com mandato de dois anos, sem recondução.

Lei do passe livre poderá incluir doentes graves

Os portadores de doenças graves e incapacitantes poderão ser beneficiados com o passe livre, inclusive em empresas de transporte aéreo, quando o motivo de viagem for, comprovadamente, para fins de tratamento médico. É o que prevê projeto de lei (PLS 66/04) do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) que está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto altera a redação da Lei 8.899, de 29 de junho de 1994, e é terminativo na comissão.

Em sua justificativa, o autor ressalta o descumprimento da lei por algumas empresas de transporte coletivo interestadual ao concederem a passagem para apenas parte do itinerário solicitado pelo porta-



Célio Azevedo

URGÊNCIA Crivella observa que lei não é cumprida por empresas de transporte coletivo

dor do passe livre.

Segundo Marcelo Crivella, essa lei precisa ser urgentemente alterada, para que seja ampliado seu alcance social e assegurado o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Marcos Guerra, Valdir Raupp e Papaléo Paes